


CÂMARA MUNICIPAL  
VITÓRIA DA CONQUISTA  
PROPOSIÇÃO APROVADA  
EM REDAÇÃO FINAL EM 11/10/2019

  
**Luciano Gomes**  
PRESIDENTE

105

**PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO  
DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI  
COMPLEMENTAR N.º 04/2019, DE  
AUTORIA DO EXECUTIVO  
MUNICIPAL, QUE ALTERA O ARTIGO 2  
DA LEI N. 1975, DE 03 DE ABRIL DE  
2014, PARA RETIFICAR ALTURA DE  
EDIFICAÇÕES.**

#### **RELATÓRIO:**

Trata-se do Projeto de Lei 04/2019, de iniciativa do Excelentíssimo Prefeito Municipal, que altera o artigo 2 da Lei n. 1975, de 03 de Abril de 2014, para retificar altura de edificações.

#### **JUSTIFICATIVA**

Na mensagem enviada, o Excelentíssimo Senhor Prefeito propõe que seja alterado o artigo 2º da Lei n. 1975, de 03 de Abril de 2014, para retificar altura de edificações.

A presente iniciativa de lei decorre da existência de áreas de uso comum, do Loteamento Campus Vivant, projetadas com altura superior à prevista na Lei Complementar 1.975, de 2014. Também, na recorrente solicitação de licença de construção para projetos com edificações de altura superior aos 6m previsto naquela lei.

#### **VOTO:**

**Secretaria Geral**

No que tange à sua constitucionalidade e legalidade formais, pode-se dizer que o Projeto de Lei em pauta se mantém coerente e em consonância com os dispositivos constitucionais e legais atinentes à competência legislativa e à iniciativa. Senão, vejamos.

O projeto em análise versa sobre assunto de interesse local e, portanto, enquadra-se nas competências reservadas pela Constituição Federal para os Municípios.

O Município tem competência para editar legislação própria, com fundamento na autonomia constitucional que lhe é inerente (art. 30, I, CF/88). Assim, depreende-se que o presente Projeto de Lei está em plena conformidade com a Legislação que versa sobre a matéria, preenchendo todos os requisitos legais e não afronta qualquer outro dispositivo de lei, quer seja constitucional ou infraconstitucional.

Por fim, em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei não merece qualquer reparo, sendo a mesma boa e concisa.

**PARECER:**

Sendo assim, tendo em vista que o Projeto de Lei n.º 04/2019 encontra-se de acordo com os dispositivos legais e, devidamente obedecida a competência em razão da matéria, somos pela sua aprovação.

Plenário Carmem Lúcia, 16 de setembro de 2019.

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final**

  
**Luís Carlos Dudé**  
Presidente

  
**Valdemir Dias**  
Relator

  
**Edivaldo Ferreira Junior**  
Membro